



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

EDITAL 002/2019
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO - TURMA 2020/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período de **29 de julho de 2019 às 16:00 horas do dia 29 de agosto**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Doutorado, para turma com início no 1º semestre de 2020. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário que consta no item 7 deste Edital.

I- VAGAS E CANDIDATOS:

Serão oferecidas **36** vagas para o curso de doutorado, destinadas aos portadores de diploma de Mestrado, obtido em curso credenciado pela CAPES. Os portadores do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim. Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015.

- 1.1** - As vagas se encontram distribuídas, de acordo com a disponibilidade de vagas nas linhas de pesquisa do ProPEd/UERJ indicadas no Anexo I.
- 1.2**- A lista dos professores com disponibilidade de vaga para orientação de Doutorado e seus respectivos projetos encontra-se no Anexo II deste Edital.
- 1.3**- Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.
- 1.4** - Não havendo inscrições para as vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos estratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.
- 1.5** -O Programa reserva-se o direito de não preencher o total de vagas oferecido e de proceder ao remanejamento de candidato aprovado no processo seletivo para outro orientador, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.

II- DA REALIZAÇÃO

2.1 -Em cumprimento às Leis Estaduais n. 6.914/2014 e n. 6959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas distribuído pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2.2. Em conformidade com a Leis Estaduais n. 5346/2008 e n. 6.914/2014, entende-se por:

- a) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior, aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, do Programa Universidade para Todos - PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- d) pessoa com deficiência: aquela que atender as determinações estabelecidas na Lei Federal n 7853/1989 e pelos Decretos Federais n. 3298/1999 e n. 5296/2004;
- e) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço – aquele que apresentar a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

2.3- Os documentos referentes à inscrição pelo sistema de cotas descritos no item 2.2 **deverão ser enviados pelo correio** entre os dias 08 e 12 de julho de 2019, aos cuidados da Secretaria do ProPEd, em **envelope lacrado e identificado**, junto com os demais documentos descritos no item 3.3.

2.4- A homologação dos documentos específicos relativos à inscrição pelo sistema de cotas será realizada por comissão específica indicada pela Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - SR2.

2.5- A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória dos candidatos cotistas, de acordo com a Lei 6914/2014, será feita até 26 de julho de 2019, com divulgação no mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br.

2.6 – Os candidatos para o sistema de cotas que não forem homologados pela Comissão a que se refere o item 2.4 terão a sua classificação assegurada dentro do processo seletivo.

2.7 - O candidato às cotas destinadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito a sanções penais, previstas no Decreto-lei n. 2848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, entre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

III - DA INSCRIÇÃO

3.1- Período e processo das inscrições:

- a) Os candidatos cotistas, deverão encaminhar a documentação específica para o sistema de cotas via SEDEX, em envelope lacrado, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ. A documentação está descrita em http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf. A postagem deverá ocorrer do dia 8 ao dia 12 de julho de 2019. Não serão aceitos documentos postados, via Sedex, após essa data.
 - a.1. o envio da documentação específica para o sistema de cotas não garante a inscrição do candidato.
- b) As inscrições, para todos os candidatos, inclusive aqueles que optaram pelas cotas e enviaram a documentação em acordo com o subitem 3.1.a, serão realizadas a partir das **10:00h do dia 29 de julho de 2019, até às 16:00 horas do dia 29 de agosto de 2019;**
- c) Todos os candidatos deverão realizar as inscrições pela internet no endereço www.proped2.pro.br

3.2. Procedimentos para a realização das inscrições:

- a) Na área destinada às inscrições online do sítio do ProPEd (www.proped2.pro.br), os candidatos deverão preencher o formulário de inscrição.
- b) Preenchido o formulário de inscrição por completo, o candidato visualizará em sua página de inscrição o link de acesso ao site do CEPUERJ, para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$100,00 (cem reais).
- c) Todos os candidatos deverão efetuar o envio de todos os documentos listados no item 3.3., escaneados em formato PDF, através de link disponível no seu formulário de inscrição.
- d) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, no ato de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item 2 deste Edital.
- e) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a língua estrangeira, a saber: inglês, espanhol ou francês. Aqueles candidatos que não tenham a

comprovação de aptidão em língua estrangeira do Mestrado conforme o subitem K do item 3.3, devem informar as duas línguas escolhidas. Não haverá alteração de opção de língua estrangeira após o encerramento de inscrições.

- f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do Anexo II desse Edital. A comissão de seleção poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.3- Documentos exigidos

Todos os documentos abaixo listados devem ser escaneados em formato PDF (um único arquivo por item) e enviados através de links disponíveis na área de inscrições online. **Não serão** aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum deles:

- a) Projeto de Tese, indicando o projeto de pesquisa ao qual pretende estar vinculado.
- b) Frente e verso do diploma de graduação. (um único arquivo pdf).
- c) Frente e verso do diploma de Mestrado ou certidão de conclusão de curso de Mestrado validada pela instituição emissora. (um único arquivo pdf)
- d) Histórico Escolar de conclusão do Mestrado, devidamente assinados — **não serão aceitos demonstrativos de desempenho escolar ou boletins emitidos pela internet.**
- e) Declaração com a data da sessão de defesa e dados do reconhecimento do curso, caso estas informações não constem do Histórico escolar ou da certidão de conclusão do curso de Mestrado.
- f) Documento de identidade ou carteira de habilitação válidos.
- g) CPF, caso esta informação não conste na carteira de identidade ou da carteira de habilitação.
- h) Currículo Lattes, versão completa em pdf, disponível na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>). **Atenção:** os candidatos aprovados na **análise** do Projeto de Tese e Memorial deverão, após esta etapa, fazer *upload*, pela página, em arquivo pdf único, de toda a documentação comprobatória dos indicadores lançados nesta plataforma nos últimos cinco anos, para efeitos de avaliação conforme descrito em 4.1(c). Ver datas para *upload* no calendário.
- i) Memorial acadêmico.
- j) Documento comprobatório para isenção de língua estrangeira, quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de mestrado, conforme os termos do item 4 deste Edital.
- k) **Comprovante** de pagamento da taxa de inscrição [R\$ 100,00, boleto emitido pelo CEPUERJ]
- l) Os candidatos que pleiteiam as vagas do sistema de cotas deverão, além dos documentos acima citados, encaminhar documentação específica em envelope lacrado, via SEDEX, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco

Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ., que comprove sua condição de cotista, referentes ao estrato de cota a que pleiteia va-ga, explicitados no item 2 deste Edital e cujos modelos se encontram nos Anexos III, IV e V e disponível em www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf. A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente, entre 8 a 12 de julho de 2019, via SEDEX.

- m) A documentação específica para concorrer às vagas destinadas às cotas se encontra publicada na Lei Estadual n 6914/2014.

OBS: Recomendamos aos candidatos cotistas muita atenção à documentação comprobatória específica a ser verificada no link:

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

3.4- No ato da inscrição, o candidato deverá optar por 2 (dois) idiomas de Língua Estrangeira, a saber: Espanhol, Francês ou Inglês, podendo solicitar isenção quando houver **documento comprobatório** que justifique a mesma, conforme os termos da alínea “k” do item **II.2** deste Edital. **Não serão feitas trocas de opção de língua estrangeira após o término das inscrições, nem serão considerados pedidos de isenção que não estejam devidamente acompanhados do documento comprobatório de aprovação da língua estrangeira no Mestrado. Os dois comprovantes devem ser anexados em um único arquivo em pdf**

3.5- No ato da inscrição *online* o candidato deverá indicar o Projeto de Pesquisa ao qual pretende se vincular, conforme constante do Anexo 1 deste Edital.

3.6- Candidatos estrangeiros deverão anexar adicionalmente em formato PDF (um único arquivo)

3.6.1 - Diploma de mestrado e histórico escolar do mestrado completo com vistos consulares brasileiros e tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil, excetuando os diplomas e históricos em inglês, francês e espanhol.

3.6.2 - Passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.

3.6.3 - Para o caso de inscrição feita do exterior, passaporte válido autenticado pelo Consulado Brasileiro mais próximo.

3.7- Em caso de inscrição realizada no exterior, a documentação do candidato deverá ser autenticada exclusivamente em agência consular brasileira.

3.8 - Resultado da Inscrição:

a) A inscrição dos candidatos no processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Educação só será confirmada após verificação da documentação apresentada.

b) O resultado da inscrição será divulgado no mural externo do ProPEd e por meio do site www.proped2.pro.br, no dia **06/09/2019 após 16 horas**, em uma listagem constando a menção: **inscrição homologada** ou **inscrição não homologada**.

c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item **3.3** (e **3.6**, no caso de estrangeiros) terão menção de inscrição não homologada, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.

d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.

IV - PROCESSO SELETIVO:

4.1- O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

- a) Análise do projeto de tese e do Memorial acadêmico pela Comissão de Seleção e pelo orientador sugerido pelo candidato (caráter eliminatório).
- a.1) Os projetos serão avaliados de acordo com (i) sua adequação ao projeto de pesquisa ao qual se candidata; (ii) sua coerência; (iii) seu rigor argumentativo; e (iv) sua adequação metodológica.
- a.2) Na avaliação do Memorial acadêmico será considerada a qualidade da escrita e a compatibilidade da trajetória do candidato com o projeto de pesquisa escolhido.
- b) Avaliação oral do projeto de tese (caráter eliminatório):
- b.1) A arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do item a.
- b.2) Os docentes indicados como orientadores poderão participar da sessão de arguição de cada projeto.
- c) Avaliação, pela Comissão de Seleção e pelo orientador sugerido pelo candidato, do Currículo Lattes (caráter classificatório):
- c.1) Só serão consideradas para efeito de pontuação as informações contidas no Currículo Lattes acompanhadas de documentação comprobatória referente aos últimos 5 anos.
- c.2) Na avaliação do Currículo Lattes serão considerados os seguintes aspectos: produção acadêmica, experiência em pesquisa e experiência profissional na área.

d) Provas de Língua Estrangeira.

A prova de língua estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em duas línguas estrangeiras. As provas terão duração máxima de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, sendo permitida somente a utilização de dicionário trazido pelo próprio candidato. O candidato que necessitar fazer a prova de proficiência em duas línguas estrangeiras terá o prazo máximo de 05 (cinco) horas para a realização em sequência das duas provas.

d.1) Poderão solicitar isenção em uma das provas de língua estrangeira:

d.1.1 - candidato oriundo de país cujo idioma oficial seja o mesmo de uma das provas aplicada na seleção;

d.1.2 - candidato que tenha comprovante de aprovação em prova de língua estrangeira em concurso feito para curso de Mestrado credenciado pela CAPES. Quando não comprovado em histórico escolar, o documento comprobatório deverá ser apresentado no ato da inscrição, em conformidade com os termos da alínea “k” do item 3.2 deste Edital.

d.1.3 - A isenção não será automática e dependerá de homologação da Comissão de Seleção que será realizada quando examinar a documentação apresentada. O resultado do pedido de isenção será publicado com o resultado da homologação do pedido de isenção.

d.2) Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto aqueles oriundos de países lusófonos.

d.2.1 - Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do CELP (Certificado de Excelência em Língua Portuguesa), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.

V - CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- a) será considerado aprovado para a continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver a menção **apto** na etapa eliminatória de avaliação do Projeto de tese e do Memorial acadêmico, conforme item **4.1 a**;
- b) será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na avaliação oral do projeto de tese;
- c) será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial;
- d) será considerado aprovado na avaliação oral do Projeto de tese e na análise do Currículo Lattes o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- e) será considerado aprovado na(s) prova(s) de língua estrangeira, o candidato que obtiver em cada uma a menção **apto**.
 - e.1) Candidatos que obtiverem a menção **não apto** na(s) prova(s) de língua estrangeira poderão realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de início do curso;
 - e.2) caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de língua estrangeira, o candidato será desligado do curso;
 - e.3) o candidato estrangeiro que não obtiver a menção **apto** no exame de proficiência em Língua Portuguesa será eliminado do processo seletivo.
- f) do resultado das etapas **b** e **c** (atendidas a exigência de nota mínima) será extraída uma média final ponderada com peso 6 (seis) para a avaliação oral (arguição) do Projeto de tese e peso 4 (quatro) para a análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial;
- g) a média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não selecionado;
- h) a classificação final dos candidatos será divulgada por ordem decrescente da média final obtida pelo candidato, no projeto de pesquisa ao qual indicou vinculação; observando a destinação de 30% das vagas oferecidas por linha de pesquisa para os candidatos aprovados pelo sistema de cota.
 - h.1) não havendo entrada de candidatos aprovados pelas cotas, as vagas serão ocupadas obedecendo a classificação geral.
- i) em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
 - i.1) O mais idoso terá precedência, conforme o art. 27 da Lei Federal N°10741;
 - i.2) maior nota na avaliação oral (arguição) do projeto de tese;
 - i.3) maior nota na análise do Currículo Lattes.
- i) caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, poderão ser remanejados, a critério da Comissão de Seleção, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa, sendo respeitada sua

classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual e expressa anuência das partes envolvidas.

VI - MATRÍCULA:

6.1- Terão direito à matrícula os candidatos aprovados e selecionados, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto de pesquisa neste Edital.

6.2- Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

a) Em sua página de inscrição, fazer *upload* de uma foto 3x4 (formato gif, jpg ou png) e, após, **imprimir seu formulário de matrícula** (duas páginas), [assiná-lo](#) e entregá-lo na Secretaria do ProPEd;

b) Apresentar na Secretaria do ProPEd os **documentos originais** (para envio por Correios, serão aceitas cópias autenticadas em cartório) e cópias:

b.1. Diploma de **Mestrado, com data da defesa**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;

b. 2. Histórico escolar completo do Mestrado, validado pela instituição emissora;

b. 3. Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de Mestrado, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente a certidão de conclusão do Mestrado, com data da defesa, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.

b. 4. Carteira de identidade ou da carteira nacional de habilitação;

b. 5. Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade e/ou da carteira nacional de habilitação.

b.6. Foto 3x4

6.3- Os candidatos que não apresentarem os originais e cópias dos documentos acima listados, anteriormente escaneados e acrescentados à inscrição online, serão desclassificados do processo seletivo, não podendo realizar sua matrícula.

6.4 A matrícula dos candidatos selecionados neste processo se realizará presencialmente, na Secretaria do ProPEd, entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2020, de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h, quando deverão ser entregues os documentos exigidos no item 6.2 deste Edital, juntamente com o formulário de matrícula. Os referidos documentos podem ser enviados por Sedex, endereçados à Secretaria do ProPEd, desde que estejam em envelope lacrado e devidamente identificado, sejam autenticados em cartório e postados entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2020.

6.5- Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da

documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste Edital.

VII. CALENDÁRIO

- a) PERÍODO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE COTAS: **08 a 12 de julho de 2019, envio por Sedex, com postagem até o dia 12 de julho de 2019**
- b) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: **26/07/2019**
Local: Mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br
- c) RECURSOS AO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: **29/07/2019 a 02/08/2019**, por e-mail encaminhado à Comissão de Seleção do Doutorado.
- d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: **16/08/2019, a partir das 16h, por e-mail enviado pela comissão de seleção do Doutorado**
- e) INSCRIÇÕES
Data: a partir das 10:00h de **29/07/2019 às 16:00 horas de 29/08/2019**.
Horário para informações: **de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h**
Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped2.pro.br
- f) RESULTADO DA INSCRIÇÃO:
Data: **06/09/2019**. Horário: **após 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br
- g) RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO:
Data: **09/09/2019 a 12/09/2019**. Por e-mail, à Comissão do Processo seletivo do Doutorado (e-mail divulgado no site).
- h) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA INSCRIÇÃO
Data: **17/09/2019, a partir de 16:00h**.
Através de e-mail enviado ao endereço eletrônico especificado na ficha de inscrição do candidato.
- i) RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL:
Data: **01/10/2019** Horário: **a partir de 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br
- j) *UPLOAD* DOS COMPROVANTES DE CURRÍCULO para os candidatos considerados aptos na análise do projeto de tese e memorial:
Data: Após as 16:00h do dia **01/10/2019, e até às 16:00h do dia 03/10/2019**.
Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped2.pro.br
- k) DIVULGAÇÃO DAS DATAS DE AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO E MEMORIAL

Data: **08/10/2019**. Horário: **a partir de 16:00h**

Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

l) AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL:

Data: **09/10/2019 a 01/11/2019**. Horário: a ser comunicado no Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

Local: ProPEd/UERJ

m) RESULTADO DA AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL:

Data: **05/11/2019**. Horário: **a partir de 16:00h**

Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

n) RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO:

Data: **05/11/2019**. Horário: **a partir de 16:00h**

Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

o) PROVAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA E DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA:

Data: **13/11/2019**. Horário: de **13:30h às 16:00h**

Os candidatos que necessitem fazer o exame de proficiência numa segunda língua farão esta prova no mesmo dia, 13/11/2019, no horário de 16h30min às 18h30min

Local: ProPEd/UERJ

p) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

Data: **29/11/2019**. Horário: **a partir de 16:00 horas**

Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

q) RECURSOS AO RESULTADO FINAL:

Data: **02 e 03/12/2019**, por e-mail à Comissão, até **17:00h do dia 20/12/2018**.

r) RESPOSTA AO RECURSO DO RESULTADO FINAL:

Data: **05/12/2019**, a partir de **16:00h**. Por e-mail enviado pela Comissão ao candidato.

s) IMPRESSÃO DE FORMULÁRIO DE MATRÍCULA PARA OS CLASSIFICADOS:

Data: de **03/02/2020 até às 16:00h de 07/02/ 2020**. Pela página www.proped2.pro.br

t) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.3:

Data: **03 a 07 /02/2020**. Horário: de **10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h**

Local: Secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação.

u) DIVULGAÇÃO DA 1ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS (*):

Data: **10/02/2020**. Horário: **a partir de 16:00h**.

Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

v) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.3 DOS RECLASSIFICADOS:

Data: **03 a 07 /02/2020**. Horário: de **10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h**.

Local: Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação.

x) DIVULGAÇÃO DA 2ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS:

Até um dia antes da data prevista no calendário acadêmico do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2019.1 – Horário: **a partir de 14:00h**.

Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br.

z) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.3 DOS CONTEMPLADOS NA 2ª RECLASSIFICAÇÃO (*):

Até a data prevista no calendário acadêmico do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2019.1 – Horário: **de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h.**

(*) Os candidatos contemplados nestas etapas deverão voltar às suas páginas de inscrição, em www.proped2.pro.br, a fim de imprimir o respectivo formulário de matrícula.

VIII- DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não sendo aceita alegação de desconhecimento.

8.2 - Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.

8.3 - Nenhum candidato poderá ingressar no local da prova de língua estrangeira após 30 minutos do início de sua realização, sendo que esse atraso não implica prorrogação do tempo disponível para realização das provas.

8.4 - As provas escritas de língua estrangeira deverão ser entregues ao fiscal da sala sem assinatura ou outra marca qualquer que permita revelar aos avaliadores a identidade do candidato.

8.5 - Os últimos três candidatos em cada sala deverão sair juntos.

8.6 - O exame de seleção só terá validade para Curso que será iniciado no primeiro semestre de 2020.

8.7 - Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a sexta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.

8.8 - O Programa não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado no item 3.2, por falta a uma das provas, desistência durante o processo, ou qualquer outra circunstância.

8.9 - A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes, os quais se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

8.10 - A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ para participar da correção das provas de língua estrangeira, da análise dos projetos de tese, da análise dos currículos dos candidatos e das Arguições.

8.11 - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da Comissão de Seleção.

8.12 - A Comissão de Seleção reserva-se o direito de alterar o calendário, diante de circunstâncias que assim o justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped2.pro.br).

8.13 - A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelos candidatos selecionados no processo seletivo deverá ser apresentada no momento da matrícula. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na desclassificação do candidato, podendo assim ser chamado o próximo classificado da lista dos aprovados.

8.14 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

8.15 - A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e infraestrutural do processo de seleção.

8.16 - Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Doutorado que será divulgado no site www.proped2.pro.br

IX - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIAS E INFORMAÇÕES:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ProPEd
Rua São Francisco Xavier, nº 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F, Sala 12.037
Bairro Maracanã, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro - RJ
Telefone(s): (0XX21) 2334-0467 — Fax: (0XX21) 2334-0120
Página: www.proped2.pro.br
E-mail: secretaria@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2019

Maria Isabel Ramalho Ortigão

Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

Anexos

Anexo I- QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Anexo II- LISTA DE PROJETOS

Anexo III- FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Anexo IV FORMULÁRIO DE INFORMACOES SOCIOECONÔMICAS

Anexo V – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

ANEXO I – Quadro de vagas por linha de pesquisa

Linha “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”

Professores	Vagas
1- Fernando Altair Pocahy	02
2- Gustavo Coelho	02
3- Mailsa Passos	02
4- Maria da Conceição Silva Soares	01
Total	07

Linha “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”

Professores	Vagas
1- Alice Ribeiro Casimiro Lopes	02
2- Elizabeth Fernandes de Macedo	02
3- Raquel Goulart Barreto	01
4- Rita de Cássia Prazeres Frangella	01
5- Rosanne Evangelista Dias	02
6- Talita Vidal Pereira	01
Total	09

Linha “Educação Inclusiva e Processos Educacionais”

Professores	Vagas
1- Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	02
2- Leila Regina d’Oliveira Paula Nunes	01
3- Luiz Antônio Gomes Senna	02
4- Rosana Glat	01
Total	06

Linha “Infância, Juventude e Educação”

Professores	Vagas
1- Lígia Maria M. L. Leão de Aquino	01
2- Vera Vasconcellos	01
3- Walter Omar Kohan	02
Total	04

Linha “Instituições, Práticas Educativas e História”

Professores	Vagas
1- Alexandra Lima da Silva	01
2- Ana Chrystina Venancio Mignot	01
3- José Gonçalves Gondra	01
4- Lia Ciomar Macedo de Faria	01
5- Márcia Cabral da Silva	01
6- Maria Celi Chaves Vasconcelos	02
7- Paula Leonardi	02
8- Sônia de Oliveira Câmara Rangel	01
Total	10
Total Geral	36

ANEXO II

LISTA DE PROJETOS

FLORES DE ÉBANO: ESCRITAS DE SI E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Coordenação: Alexandra Lima da Silva

Este projeto analisa os significados das escritas de si na experiência de escravizadas e escravizados no século XIX. Objetiva interpretar os significados da inserção de tais sujeitos no universo da cultura escrita, sinalizando para a importância de compreender os diferentes saberes e experiências dos cativos. A partir do mapeamento e do cruzamento de documentos diversos, tais como autobiografias, relatos de viagem, correspondências, jornais, dentre outras fontes, procura compreender a importância da instrução na experiência de escravizados, com especial atenção aos Estados Unidos e ao Brasil. Defende as escritas de si como resistência e como caminho na luta pela conquista e ampliação de direitos.

POLÍTICAS DE CURRÍCULO EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Coordenação: Alice Ribeiro Casimiro Lopes

Este projeto busca aprofundar a compreensão da política de currículo em um enfoque pós-fundacional e pós-estrutural, operando com a desconstrução das representações sedimentadas do que vêm a ser: currículo de qualidade, sujeito educado, boa escola, bom ensino, conhecimento legitimado/poderoso, e currículo para o futuro, dentre outras representações que norteiam os sentidos da política. São particularmente investigadas nesta pesquisa as atuais políticas de educação básica, destacando aquelas dirigidas para o ensino médio, nível que, por ter o caráter de terminalidade, é construído fortemente pelo projeto de formação do sujeito educado (sujeito para o mundo em mudança, sujeito emancipado, cidadão, profissional e tantos outros discursos associados ao projeto social da educação). Como material empírico, são priorizados os documentos curriculares que circulam socialmente, seja com assinatura do MEC ou de consultores oficialmente convidados, sejam as produções acadêmicas que apresentam orientações curriculares/teorias/proposições para as políticas. Este projeto se articula diretamente ao projeto Estudos Interdisciplinares em Teoria do Discurso, apoiado no âmbito do Programa Bilateral Faperj/CONICET (ver resumo em www.proped2.pro.br). É por intermédio da centralidade do político e da crítica aos fundamentos fixos do social que a teoria do discurso vem sendo incorporada à Educação e mais centralmente ao campo do Currículo. Tal incorporação se faz no âmbito do questionamento das próprias bases do projeto educacional da Modernidade, provocando impasses importantes na forma de compreender as finalidades educativas. Os projetos em andamento de mestrados e doutorandos vinculados a esta pesquisa focalizam a educação básica, a formação de professores, o currículo escolar, o currículo de disciplinas específicas, com foco nas políticas de currículo e nos enfoques discursivos, sempre na perspectiva de valorizar as dimensões antagônicas, conflituosas, indecíveis e indeterminadas, porque contingentes, da política.

TRAVESSIA ENTRE A CIÊNCIA E A FÉ: A NOVA PEDAGOGIA PARA A EDUCADORA CATÓLICA LAURA JACOBINA LACOMBE (1927-1932)

Coordenação: Ana Chrystina Venâncio Mignot

Seguindo as pistas deixadas pelos historiadores da educação que, ao se voltaram para as viagens de educadores como um dispositivo de apropriação e circulação de modelos pedagógicos, examinam a importância que o Instituto Jean-Jacques Rousseau desempenhou, na fabricação de uma nova sensibilidade pela infância que orientou a defesa da escola como direito das crianças e a necessidade de assegurar métodos de ensino renovadores, este estudo se volta para as duas primeiras viagens de Laura Jacobina Lacombe, à Suíça (1925 e 1927) e as duas primeiras que realizou à Bélgica (1927 e 1933). Atuante na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, posteriormente, na Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APC), ela se tornou um dos mais importantes elos de ligação entre a ABE e o instituto suíço, onde estavam os educadores que lideraram a produção e difusão de ideário pedagógico renovador – A. Ferrière, P. Bovet e E. Claparède – bem como com O. Decroly, em Bruxelas. Ao eleger as viagens de Laura Jacobina Lacombe para investigar como se apropriou das propostas escolanovistas na produção e difusão do discurso educacional católico, reconheço que o laicato católico é mais heterogêneo e complexo do que se supõe, como propõe Bernadete de Lourdes Streisky Stang (2008), e assumo a perspectiva de Marta Chagas de Carvalho (2002) quando lembra que, diferentemente do que se tem acreditado, a militância católica não se opôs ao avanço das novas propostas pedagógicas e se mobilizou para difundir “a sua versão da nova pedagogia”. Para interpretar a travessia física e intelectual entre a ciência e a fé, busco, na documentação existente em diferentes instituições de guarda, suas convicções pedagógicas e crenças religiosas que informam e conformam seus modos de ver, ouvir, experimentar e propagar. A investigação pretende melhor compreender a hibridização de princípios e práticas escolanovistas e católicas por ela apropriados e difundidos, contribuindo, deste modo, para matizar uma certa versão consagrada na historiografia da educação.

O USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) ASSOCIADO AO PECS-ADAPTADO: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

Coordenação: Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter

O uso de dispositivos gerador de fala (DFG) vem mostrando resultados promissores nas intervenções de linguagem com crianças que apresentam sinais e sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tais dispositivos são utilizados com a função de produzir fala digitalizada ou sintetizada e devem ser utilizados por indivíduos com pouca ou nenhuma fala funcional. Com o aumento da alta tecnologia dos recursos de Comunicação Alternativa e considerando os resultados promissores no uso do programa PECS-Adaptado (WALTER, 2000) na promoção da comunicação funcional de pessoas com autismo, o presente projeto tem como objetivo desenvolver e avaliar os efeitos do uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado com crianças com autismo em desenvolvimento de linguagem. Assim, pretende-se dar continuidade ao programa desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do Professor e Pesquisador Dr. Oliver Wendt da University of Central Florida (EUA) no uso do SPEAKall na versão *IPAD* e *IPHONE* com a finalidade de promover a comunicação funcional às crianças com TEA. O projeto

foi elaborado considerando as seguintes etapas de execução: a) conhecimento do Programa SPEAKall que envolve a utilização de software dedicado ao campo da CAA e linguagem; b) aplicar o programa de CAA utilizando os Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao PECS-Adaptado; c) avaliar os efeitos do programa em três crianças que estejam dentro do espectro do autismo, com idade variando entre 4 a 7 anos e que não tenham desenvolvido a fala funcional ou que apresentem alterações na fala; d) Analisar os efeitos do programa e seus resultados no comportamento comunicativo das três crianças, por meio de uma pesquisa experimental de linha de base e intervenção; e) Para realização das etapas descritas serão utilizados protocolos de avaliação do grau de autismo, análise das características da linguagem, comunicação funcional, funcionamento cognitivo, protocolos de registro diário, protocolo de suporte oferecido e autonomia para comunicar algo desejado, lista de vocabulários e avaliação de comportamentos interativos. Também serão utilizados os dispositivos geradores de fala, como *IPADs*, *Iphones* que desenvolvem os sistemas gráficos para serem utilizados com os DGF. Espera-se que com os resultados obtidos novos projetos poderão ser aplicados em diferentes contextos e com participantes de diferentes idades. Essa parceria é fruto de um projeto de Pesquisador Visitante (CAPES) realizado pela coordenadora do projeto e buscas parceria internacional com a University of Central Florida (EUA) no uso de novas técnicas em CAA.

CURRÍCULO, SUBJETIVIDADE E DIFERENÇA

Coordenação: Elizabeth Fernandes de Macedo

Este projeto é construído como desdobramento de pesquisas que venho realizando nos últimos 15 anos, dedicadas ao estudo das políticas curriculares em matriz pós-estrutural e pós-colonial. Minha preocupação mais específica é com a temática da diferença, de modo que tenho priorizado a desconstrução das estratégias discursivas utilizadas pelos textos curriculares para a fixação da alteridade que embasam práticas de hierarquização cultural. O foco do que venho desenvolvendo tem recaído sobre a compreensão dos processos de fixação da alteridade, o que acaba dando visibilidade aos discursos de controle e aos contextos em que eles se inscrevem. Este projeto nasce do desconforto gerado por tal observação, com o intuito de destacar a ambivalência dos discursos hegemônicos/coloniais e o excesso que escapa à totalização da norma. De forma resumida, a proposta tem como objetivo entender como se constitui a subjetividade, a alteridade de si, de sujeitos estereotipados em relação a um Eu padrão no espaço da escola. Do ponto de vista teórico, a ideia de que o discurso hegemônico/colonial é sempre habitado por um excesso que o fratura será construída em diálogo com a teoria do discurso de E. Laclau, mas principalmente com os discursos pós-colonial de H. Bhabha, feminista e queer [especialmente J. Butler]. A principal estratégia metodológica utilizada será a narrativa [auto]biográfica, buscando entender as reterritorializações subversivas do reconhecimento em experiências na escola, sem supor a possibilidade de isolá-la. O ceticismo pós-estrutural em relação à possibilidade mesma da representação, assim como à autodeterminação do sujeito, tornou problemático o uso de narrativas [auto]biográficas na pesquisa. A matriz de inlegibilidade desse tipo de pesquisa foi posta em questão, de modo que este projeto busca redefinir seus conceitos—sujeito, experiência, fala, verdade— para além da metafísica da presença.

GÊNERO E SEXUALIDADE EM INTERSECCIONALIDADES NOS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO E/M SAÚDE: CARTO-GENEALOGIAS DA DIFERENÇA

Coordenação: Fernando Altair Pocahy

A pesquisa em tela problematiza o jogo agonístico da produção da identidade e da diferença em torno de gênero, raça, sexualidade e geração, desde um contexto de fratura democrática e intensa disputa em torno do corpo como materialidade/arena de governamento na trama do(s) biopoder(es). Busca-se com isso compreender como se estabelecem tanto intersecções de marcadores de diferença quanto aqueles modos-práticas decorrentes dessas a engendrar vulnerabilidades - social, programática e individual - e precarização da vida, bem como modos de resistência (produção de saúde). O projeto assume pressupostos pós-críticos em educação associado ao campo de estudos (trans)feministas queer e interseccionais para instalar suas problematizações em um modo de pesquisar-intervir. As ferramentas conceituais reunidas para seguir neste caminho investigativo são inspiradas no trabalho genealógico de Michel Foucault (1995) em seus lances para uma ontologia do presente, implicitamente movimentado nos termos de uma cartografia dos espaços-tempos e fluxos/práticas discursivos e não discursivos - como possibilidade de traçar as linhas que constituem o regime de materialidade de um enunciado, redefinindo as suas possibilidades de (re)inscrição e legitimidade nos jogos de poder – saber (FOUCAULT, [1977] 2001; [1982, 1984] 2001; 1995). O desenho da pesquisa prevê a formulação de entradas de problematização em um esquema multimétodos e plurifases (como esquema pragmático e programático) tomando o dentro-fora da escola como locus privilegiado para as análises-in(ter)venções. Ao assumir as (micro)políticas educativas como práticas de subjetivação o estudo define como seu escopo as formas de governamentalidade produzidas em determinados espaços-tempos formativos (públicos e/ou associativos) na cidade do Rio de Janeiro.

ESTÉTICAS MARGINALIZADAS: JOVENS EM DESCOLONIZAÇÃO ÉTICA/ESTÉTICA.

Coordenação: Gustavo Coelho

Assumindo a dimensão estética como condição humana, o que pressupõe, portanto, uma expansão do conceito de estética, grosso modo deslocando-o de sua aderência “fria” exclusiva às obras de arte, a uma concepção etimológica e “quente” do termo grego *aisthesis*, este projeto, em companhia de Nietzsche, Foucault e Maffesoli, entende a vida, a subjetividade, como lugar de artistagem, aproximando, portanto, ética e estética. Se, então, a dimensão estética é essa que inclui as sensações, as emoções, os jeitos, os gestos, o corpo como (in)acabamento de fruição, permeável aos afetos, sendo o ser humano, nas palavras de Fanon, “um SIM vibrando com”, é justamente nela que algo de incontrolável, algo de indeterminado, segue agindo a despeito dos “fins objetivantes”, como disse Lacan, de nossa “consciente” autorização. Trata-se então de algo que mesmo sendo nós mesmos, difere de nós, ameaçando portanto o monopólio da razão instrumental individual que concebeu o sujeito moderno ensimesmado, para o qual quanto maior o esclarecimento, mais próximo ele estaria de um total domínio sobre si e o mundo, sendo então a ameaça de um possível pluralismo dinâmico naquilo que parece ser incontrolável, um fantasma a ser esconjurado. Nesse sentido, o conceito de Diferença em Deleuze, Guattari e Derrida, os estudos da presença, da subjetividade e seus cruzamentos entre a linguagem e a psicanálise, especialmente em Gumbrecht, Blanchot, Barthes, Lacan, Freud, Jung e

Fanon, assim como as contribuições da antropologia na radicalização da crise epistemológica moderna, sobretudo os estudos ameríndios em Viveiros de Castro e Pierre Clastres, nos interessam primordialmente. Apostamos, então, no campo da estética como lugar que, por guardar incompatibilidades ao racionalismo ocidental moderno, guarda também indícios eloquentes do que de nós fora descartado na consolidação desse império. Em todo caso, mesmo com esse espectro teórico que nos inscreve em um campo alargado, politicamente privilegiamos pesquisas de campo que tenham como interesse experiências estéticas daqueles humanos menos adequados, “outsiders”, de currículo esquizo, sem carreira e sem conforto, loucos, molecada correria do “fundão” da sala-de-aula, justamente sob os quais pesa a identidade antagônica de serem os que servirão de figura comparativa negativa, “servem para nada”, “vagabundos”, “pestes”, destinados ao “fracasso” existencial e também escolar. Como esses experienciam e dão contornos a tal demanda, a tal drama de paradoxalmente serem encaixados em categorias fixas negativas, mas feito “NÃOs” afirmativos se comportarem como refluxos de uma imanência indomesticada, contrapontos da estabilidade? Formular respostas a essa pergunta é nosso objetivo principal, enquanto a percepção de que se trata de um universo onde destinatários das imagens e valores negativos à sociedade, mesmo assim inventam e enunciam linguagens outras, é nossa principal justificativa. Quê linguagens, quê estéticas, quê ethos se vive enquanto manejos possíveis numa subjetividade que opera nesse cruzamento irresoluto de ser afixado em um “NÃO” afirmativamente dinâmico dentro de um regime imobilizante? A despeito, então, da negligência, marginalização e desqualificação das quais são geralmente alvos, acreditamos que nestes cotidianos está em constante e dramática modelagem uma série de formas de resistência, de reinvenção descolonial, de conhecimento e mesmo de sofisticação conceitual.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SABERES, PODERES E SUJEITOS (1808-1834) FASE IV

Coordenação: José Gonçalves Gondra

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, no funcionamento da sociedade, na gestão da população e na constituição e individualização dos sujeitos. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere às práticas de escrita e de ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de algumas experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, contudo, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização e os processos de construção da nação de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos emancipatórios.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Coordenação: Leila Regina d'Oliveira Paula Nunes

A atual proposta dá continuidade ao projeto de pesquisa iniciado em 2013 e em vias de finalização (NUNES, SCHIRMER, 2013), financiado pelo CNPq (Proc. 501388/2013-3) e pela FAPERJ (Proc. 102.319/2013). A proposta atual visa avaliar: a) os efeitos dos procedimentos de autoscopia na formação dos professores participantes do estudo anterior e b) os efeitos da proposta denominada de Salas Abertas, ou seja, a oferta de palestras e oficinas por esses professores a seus colegas professores de SRM nas regiões de suas CREs. Após a implementação da formação continuada sob forma de palestras, workshops, discussão de textos, apresentação de vídeos e demonstração de recursos de Comunicação Alternativa de alta e baixa tecnologia durante os anos de 2013 e 2014, a partir de 2015, será introduzido o procedimento de autoscopia. Os professores participantes farão videogravações de sua própria atuação junto aos alunos nas SRM e/ou nas salas regulares e enviarão tais vídeos de trinta minutos de duração aproximadamente para as pesquisadoras analisarem-nos previamente e selecionarem as cenas contendo situações críticas. Após a seleção de tais cenas, os participantes e os agentes de intervenção se encontrarão para realizar sessões de autoscopia. Autoscopia diz respeito a uma ação na qual o eu se analisa em torno de uma finalidade, a partir de um objetivo específico. Ela envolve um procedimento de coleta de dados que registra por meio da videogravação a ação do sujeito e, em sequência, coloca-o como avaliador de seu próprio desempenho. Assim, durante tais sessões, a apresentação dos vídeos para todos os participantes será igualmente filmada. Nesses encontros, que ocorrerão na Oficina Vivencial do IHA, o autor de cada vídeo é solicitado a avaliar seu próprio desempenho assim como o de seu aluno. Os demais professores e agentes de intervenção serão igualmente estimulados a comentar sobre o vídeo assistido e dar sugestões. Concomitantemente, estes professores, funcionando como multiplicadores de conhecimento, oferecerão curso de formação, em forma de palestras e/ou realização de oficinas para os colegas professores de SRM nas regiões de suas CRE. Esta fase é denominada de Salas Abertas. As sessões das Salas Abertas serão filmadas e transcritas para posterior análise do impacto que a formação causará nos profissionais presentes.

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS DE PROFESSORES E AÇÃO POLÍTICA (1960/1980)

Coordenação: Lia Ciomar Macedo de Faria

O presente estudo busca identificar as marcas da produção cultural (anos 1970/1980) no processo de transição democrática brasileira, recuperando o cenário político da redemocratização. No caso em tela, o fio condutor será a formação cultural e as práticas políticas que inspiraram o professorado. Desta forma, discutindo o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes no imaginário docente. Ao analisar a participação de profissionais mais “engajados” na política e na cultura, o estudo pretende assinalar os possíveis impactos e vestígios presentes em suas falas e memórias docentes. Portanto, os

objetivos da pesquisa apontam para o processo de construção de uma educação pautada em princípios democráticos e humanizantes. Nesse sentido, o estudo analisa a participação docente no campo político e cultural, assinalando os impactos e marcas provocados por tais práticas. Logo, o projeto em tela se propõe a buscar vestígios do pensamento cultural e político que contribuiu para a formação da identidade do magistério luso-brasileiro.

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA EM DIÁLOGO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

Coordenação: Ligia Maria M. L. Leão de Aquino

O projeto visa compreender como as políticas e práticas para a educação da pequena infância têm se produzido e afetado as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUF EI) no que se refere às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de nº 1 de março de 2011, que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. A metodologia adotada se utiliza de análise de documentos, entrevistas e observação de campo de modo a apreender a complexidade da realidade de duas UUF EI, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos com esta pesquisa contribuir para a ampliação das investigações sobre as UUF EI, federais e estaduais, evidenciando seu papel de referência para as práticas de educação infantil, como nossas pesquisas e outros estudos tem apontado. Esperamos ainda intensificar os estudos sobre as políticas educacionais para a primeira etapa da educação básica e suas implicações com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas instituições e seus profissionais, fortalecendo os projetos comprometidos com a democratização da educação, seja na garantia de acesso, mas também nos mecanismos de participação e decisão, inclusive das crianças. A relevância para a área de atuação está na possibilidade de elaborar conhecimento sobre as UUF EI, campo pouco investigado apesar dos seus mais de 40 anos de existência, e por permitir ampliar o acervo de documentos já catalogados em nossas pesquisas anteriores, deverá alimentar outras pesquisas, desenvolvidas inclusive por pesquisadores de outros centros e regiões. A relevância também se destaca por buscar analisar as políticas e práticas de educação infantil, quando esta, como primeira etapa da educação básica, vem sofrendo uma série de ameaças na sua consolidação como parte das políticas educacionais. Infelizmente, reformas e medidas adotadas pelo atual governo federal, que sem impôs através da destituição da presidente eleita, têm reduzido os financiamentos à educação e descaracterizado a educação infantil (assim como toda a Educação Básica) como um direito das crianças. Esperamos desse modo, contribuir na formulação de estratégias de resistência e investimento por uma educação democrática e popular.

CULTURAS EM CONTATO NO PROCESSO DE LETRAMENTO

Coordenação: Luiz Antônio Gomes Senna

Programa e base do VI ciclo de pesquisas do Grupo Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, retoma abordagens de cunho teórico no estudo das condições gerais do processo de letramento na educação básica brasileira, no âmbito do qual estão incluídos os diferentes campos curriculares vinculados, a saber: alfabetização, formação de leitores, produção de textos, educação matemática e científica. O programa congrega projetos específicos de pesquisa e formação de RH em nível de mestrado e doutorado, cujos objetivos visam a contribuir com a identificação de fatores responsáveis pela perpetuação de situações de severo custo no desenvolvimento e uso dos códigos e sistemas de representação da cultura letrada escolar na sociedade brasileira. Seus objetos primários variam entre: (i) fenômenos associados às propriedades intelectuais e socioafetivas de sujeitos sociais em condição de diversidade, sejam entre aqueles com necessidades especiais, ou em condição de marginalidade cultural, e (ii) fenômenos associados às propriedades estruturais e estruturantes das peças mais representativas da cultura letrada moderna, a saber, a escrita alfabética e as representações algorítmicas da matemática. O programa dá consecução a estudos anteriores do grupo de pesquisa, deles resgatando os conceitos de sistemas metafóricos e de modos do pensamento, com base nos quais fundamentam-se explicações que nos permitem caracterizar as produções realizadas por alunos em processo de letramento como formas plenas e legítimas, em coerência com a noção vygotskiana de desenvolvimento proximal. Nesta fase de estudos, o grupo avança na investigação de fatores que resultam em custo severo de plena apropriação das formas reconhecidas como adequadas à cultura letrada. Consideram-se, aqui, a formação inicial na alfabetização (com foco sobre os casos interdição no processo de construção da escrita) e os casos ordinariamente associadas àquilo que se vem usando chamar analfabetismo funcional, identificado tanto no uso da escrita alfabética como no dos recursos da matemática escolar, ou outros instrumentos da cultura acadêmica.

LIVROS EM COLEÇÕES: O CASO DA BIBLIOTECA INFANTIL DA LIVRARIA QUARESMA (1894-1960) – Fase II

Coordenação: Márcia Cabral da Silva

Neste projeto, busca-se dar continuidade à pesquisa anterior - Livros em coleções: o caso da Bibliotheca Infantil da Livraria Quaresma (1894-1960) Fase I- por meio da qual se examinou a invenção da Bibliotheca Infantil pela Livraria Quaresma Editora ou Livraria do Povo (Rua São José, 65/67). Tratou-se de um investimento no último quartel do século XIX de livros baratos para o povo, assim como de livros para crianças, brinquedos, poemas, peças de teatro, contos adaptados para a realidade brasileira, de conteúdo moral, histórias proveitosas e piedosas de vários países, traduzidas umas e outras colhidas da tradição oral. Se, em um primeiro momento, identificaram-se o livreiro editor Pedro da Silva Quaresma e o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel como mentores comerciais e intelectuais do empreendimento, nesta segunda fase da pesquisa, almeja-se investigar as redes de sociabilidade dos intelectuais que participaram do projeto editorial e, de algum modo, contribuíram para a consolidação do projeto inicial. De um lado, chama a atenção o protagonismo do ilustrador e caricaturista Julião Machado, com inserção nos periódicos em circulação à época, e tendo as ilustrações do início da coleção reproduzidas até os anos de 1960 nos livros da Bibliotheca Infantil Quaresma. Importa verificar, em acréscimo, o protagonismo de outros intelectuais que teriam participado do projeto por meio da autoria de textos, do exercício da crítica, como os comentários de Julia Lopes de Almeida atestam. De outro lado, nota-se que a coleção é formada de livros pertencentes a vários gêneros do

discurso: contos, poemas, dramas, atividades de entretenimento como jogos, charadas. De tal modo, busca-se, nesta etapa, mapear e examinar esses gêneros do discurso, com a finalidade de se compreender as séries que constituíram a coleção, assim como o modo de se assegurar a fidelidade dos leitores até os anos de 1960 por meio de um formato material regular e as estratégias de conformação de um público leitor. Com vistas ao exame, o estudo apoia-se em pressupostos teórico-metodológicos extraídos da História da Leitura, da História da Edição, da História Intelectual, assim como da epistemologia bakhtiniana sobre os gêneros do discurso. De modo geral, interessa-nos agregar pesquisadores que investiguem a história do livro e da leitura, com especial ênfase no período analisado.

ENCONTROS COM A AFRODIÁSPORA EM AMBIENTES EDUCATIVOS: ESTÉTICA, DIALOGIA E ENUNCIÇÃO

Coordenação: Mailsa Carla Pinto Passos

O projeto “Encontros com a afrodiáspora em ambientes educativos: estética, dialogia e enunciação” consiste no desdobramento de outros dois projetos. O primeiro deles, “Artes do fazer: diálogos e alianças da afrodiáspora em redes educativas”, e o projeto “Culturas, sonoridades e processos identitários afrodiaspóricos na comunidade escolar Compositor Luiz Gonzaga”. No presente projeto, temos como objetivo aprofundar nossos estudos sobre a afrodiáspora e compreender as narrativas dos sujeitos afrodiaspóricos sobre si e os processos de negociação cultural presentes nestes discursos e práticas. Pretendemos compreender como se enunciam – suas linguagens, os diálogos culturais em sua dimensão ética e estética. Estas enunciações, em nosso ponto-de-vista, são acontecimentos com potencial emancipatório e de ressignificação da vida social. Temos como meta conhecer e registrar as formas de apropriação e usos (CERTEAU, 2006) das práticas culturais – as artes do fazer certeunianas - tendo como princípio que os ambientes educativos são espaçotempos de emergência de saberes e que o cotidiano é espaçotempo de criação onde circulam discursos polifônicos (BAKHTIN, 2003), que nos oferecem pistas sobre os processos de negociação cultural. A pesquisa prevê também a produção um arquivo audiovisual dessas enunciações, com a intenção de registrar a emergência de saberes e performances culturais produzidos como não existência, como nos sinaliza Santos, 2003. Temos como base teórica para este estudo Mikhail Bakhtin, Frantz Fanon, Michel de Certeau, Paul Gilroy, Muniz Sodré, Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, dentre outros.

OS CAMINHOS PARA ENSINAR: ROTAS, CENÁRIOS, AGENTES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA (1824 - 1889)

Coordenação: Maria Celi Chaves Vasconcelos

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, a investigação histórica acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, os locais e como ocorria o seu funcionamento, seus agentes e práticas, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Busca-se, ainda, demonstrar aspectos significativos de sua convivência com outras modalidades existentes na mesma época: a educação em colégios particulares e a instrução pública, analisando as relações estabelecidas entre a esfera privada, a educação na casa, e a esfera pública, caracterizada como a educação escolar, submetida à responsabilidade do estado não apenas no que se refere aos estabelecimentos oficiais, mas também aos particulares, tendo em vista as licenças para ensinar expedidas pela diretoria da instrução pública, bem como a certificação dos exames preparatórios e de aptidão. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam "os caminhos" para a realização da educação doméstica. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, vinculados à linha de pesquisa "Instituições, Práticas Educativas e História", mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legitimidade de ensinar e educar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

AS AUDIOVISUALIDADES E AS REDES DE SIGNIFICAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE TECIDAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES – UM ESTUDO COM VÍDEOS ESCOLARES CONTRA HOMOFOBIA COMPARTILHADOS NO YOUTUBE

Coordenação: Maria da Conceição Silva Soares

Este projeto de pesquisa, em continuidade aos estudos que temos desenvolvido na interface currículo, narrativas audiovisuais e diferença, busca investigar, problematizar e alargar as redes de significações sobre gênero e sexualidade tecidas na formação de professores/as, dentro-fora do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o propósito de contribuir com as práticas-teorias que buscam pensar, desnaturalizar e combater a discriminação, a inferiorização e a violência contra mulheres e contra as pessoas consideradas como desviantes em relação aos modos hegemonicamente legitimados de experimentar as potências do corpo, tais como homossexuais, bissexuais, transexuais e transgêneros, entre outros, nos cotidianos escolares. Nosso interesse está na problematização dos processos de produção de conhecimentos e de subjetividades tecidos com as demandas curriculares da formação em suas articulações com as apropriações cotidianas de formas-conteúdos audiovisuais e com as múltiplas possibilidades de ação docente que se engendram nessa trama. Entendemos que a formação, como processo de invenção de si e de mundo, se tece com o que é aprendido nos diferentes contextos em que se vive, entre eles o dos usos das mídias. O recorte do estudo atual visa o mapeamento e a análise com os/as estudantes de Pedagogia de vídeos contra a homofobia produzidos como trabalhos escolares e divulgados no site de compartilhamento YouTube na internet. Em um levantamento exploratório, encontramos vídeos produzidos por estudantes de diferentes níveis em ensino, da educação básica à superior, das redes públicas e privadas de várias regiões do país, em diferentes disciplinas. Articulado múltiplos regimes de imagens (feitas com celular, webcam, máquina fotográfica, imagens de arquivo, etc), de sons (depoimentos, diálogos, leitura de textos, músicas, ruídos, silêncios, etc) e formatos (documentário, ficção, videoclipe, etc), essas narrativas audiovisuais se situam no limiar das audiovisualidades contemporâneas, embaçando fronteiras entre códigos, linguagens e recepção-produção. Essas produções, para além das técnicas e tecnologias, hibridizam também concepções teóricas e políticas sobre gênero e sexualidade e se constituem em um dos modos pelos quais o debate sobre a homofobia se forja e atravessa os cotidianos escolares, enfrentando e ao mesmo tempo compondo com as políticas educacionais e os programas governamentais.

EDUCACÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Coordenação: Paula Leonardi

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de “monumentos” e pela

realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

DIMENSÕES DA SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O CASO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Coordenação: Raquel Goulart Barreto

Este estudo visa a dimensionar mudança radical na recontextualização educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): de recursos agregados ao processo de ensino à condição de estratégia de substituição tecnológica, implicando esvaziamento e precarização do trabalho docente. Do ponto de vista teórico, pretende aprofundar a noção formulada (substituição tecnológica), submetendo-a à prova prática sistemática. Em termos políticos, constitui estudo de caso no contexto das políticas educacionais em curso. Com base na análise crítica do discurso (ACD), aborda proposições e documentos oficiais para a aproximação dos elementos lexicais, sintáticos e de modalização no movimento de esvaziar o trabalho docente, na medida em que os objetos tendem a ser posicionados como sujeitos nas/das formulações. Assume os objetos técnicos, ora relexicalizados como objetos de aprendizagem, como parte, e meio, de consolidação do deslocamento que concebe os professores como aqueles de quem se espera a realização de um conjunto de tarefas predefinidas para o ensino dito bem sucedido. Sua pretensão maior é contribuir para o desenvolvimento de alternativas contra hegemônicas para o encaminhamento das questões relativas à formação e ao trabalho docente no contexto atual.

POLÍTICAS DE CURRÍCULO E INFÂNCIA: ENTRE PARADOXOS E ANTÍTESES, RENEGOCIANDO O(S) PACTO(S)

Coordenação: Rita de Cássia Prazeres Frangella

Esta pesquisa trata-se de desdobramento/continuidade da pesquisa “POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UM PACTO” (CNPQ, FAPERJ) que tinha como foco a análise do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (MEC, 2012) observando-a não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular, a partir da percepção das imbricações entre formação de professores e políticas curriculares. Em meio a trajetória da pesquisa, agudizam-se os processos de produção das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) e os efeitos dessa política nacional na produção de outras políticas. Aqui destaco o nacional intencionalmente por ser esse um dos maiores impactos da mesma: uma vez que se coloca como matriz única de formulação de propostas

curriculares. Tomando o ciclo de alfabetização institucionalizado a partir das resoluções referentes a ampliação do ensino fundamental para 9 anos como mote de problematização – o que se consolida com a proposição do PNAIC - torna-se importante observar como diferentes políticas tematizam a questão, por vezes colidindo nas perspectivas que defendem ou construindo paradoxos nas proposições que fazem. Entre antíteses e paradoxos, atentando para as questões que envolvem a formação de alfabetizadores e as políticas curriculares recentes, põem-se em análise as reconfigurações do PNAIC que, a partir de 2017, inclui também no seu escopo de ação a educação infantil, discutindo como esse Pacto é renegociado também a partir da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), cotejando-os em como inferem sobre a ideia do ciclo de alfabetização, observando sentidos que se depreendem da articulação de diferentes políticas educacionais que focalizam a alfabetização, em diferentes dimensões, mas que se implicam e interpenetram. Além disso, cabe discutir o PNAIC incluído na Política Nacional de Alfabetização (2019). Assim, argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como alfabetização, educação infantil, ciclo, avaliação, conhecimento na análise do próprio entendimento de ciclo de alfabetização observado nos documentos das diferentes políticas postas em análise se articulam na produção de um discurso pedagógico que significa o investimento numa dada perspectiva de prática pedagógica alfabetizadora, articulação que cria demandas para a produção curricular cotidiana tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal proposta se faz assentada com base nas teorizações de Laclau (2011) Bhabha (2003), acerca da produtividade e movimento de articulação discursiva na significação política, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível.

VIVÊNCIAS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Coordenação: Rosana Glat

Apesar da inclusão escolar ser uma política pública consolidada em nosso país, nas redes públicas e privadas, alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais ainda encontram diversas barreiras para sua efetiva participação, desenvolvimento acadêmico e aprendizagem no âmbito do ensino comum. Nosso grupo de pesquisa vem à mais de uma década desenvolvendo uma série de estudos articulados sobre o processo inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, focando as políticas institucionais, práticas pedagógicas e a cultura escolar em diferentes redes e escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia básica dessas pesquisas foi o estudo de caso tipo etnográfico com base em observações de campo, entrevistas com educadores e análise de documentos. Embora em todo esse conjunto de estudos tivéssemos dado uma atenção menor aos aspectos psicossociais, esta categoria emergiu como dado complementar a partir das múltiplas interações observadas em campo. Entendendo que políticas e práticas de inclusão são operacionalizadas e direcionadas a pessoas reais em suas inter-relações nos diferentes espaços sociais, e que os sujeitos que as vivenciam são as mais importantes fontes de dados, a presente pesquisa se volta para analisar os impactos da experiência de inclusão escolar no processo de aprendizagem, socialização e autopercepção de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, a partir de seus relatos pessoais. Espera-se que os dados obtidos revertam em indicadores para o indicadores para desenvolvimento e avaliação de políticas e propostas educacionais melhores direcionadas à psicoeducacionais inovadoras, melhor direcionadas à demanda específica e expectativas deste alunado.

DEMANDAS SOBRE DESEMPENHO DOCENTE PRODUZINDO POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA A IBEROAMÉRICA

Coordenação: Rosanne Evangelista Dias

Esta investigação se insere no contexto em que a Iberoamérica mobiliza diversos recursos desde a primeira década do século XXI na construção de consensos com os países da região na intenção de produzir e influenciar políticas de currículo que superem o quadro de desigualdade na educação básica. Entre os anos de 2008 e 2016, a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI publicou uma série de textos políticos que fez circular diversas ideias que buscavam equalizar os problemas verificados forjando o Programa Metas Educativas 2021: la educación que queremos para la generación de los Bicentenarios. No ano de 2015, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas reunida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a região alterou sua agenda para atingir as Metas previstas em 2021 para o ano de 2030, no âmbito da Agenda da Educação 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesses consensos, a docência assume relevância na produção do período na defesa de novos currículos para a formação e o trabalho docente como fator que contribui para o bom desempenho da educação. Desse modo, demandas são produzidas e articuladas discursivamente significando modos de controlar o currículo da formação e da atuação docente destacando o desempenho como estratégia que pretende garantir a qualidade da educação. Pretendemos analisar as demandas sobre o desempenho nas políticas de currículo para a docência na Iberoamérica apoiada na abordagem teórico-metodológica da teoria do discurso (TD) de Laclau e Mouffe, destacando os processos de articulação discursiva e os sentidos para o significante desempenho nos textos políticos que pretendem por em marcha as políticas para a formação e o trabalho docente. Entre os textos selecionados para este trabalho apontamos as seguintes publicações: Proyecto Estratégico Regional sobre Docentes: Centro de Estudios de Políticas y Prácticas en Educación (CEPPE) da OREALC/UNESCO e Miradas sobre La Educación en Iberoamérica: Desarrollo profesional docente y mejora de la educación. Tencionamos interpretar as produções de políticas na região focalizando destacadamente a experiência dos seguintes países como o Brasil, o Chile, a Colômbia e o México que vem apontando como emblemáticos para a compreensão das relações entre o currículo e o desempenho no desenvolvimento curricular para a docência, no período de 2000 a 2020.

INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940.

Coordenação: Sônia de Oliveira Camara Rangel

O projeto pretende investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância colocaram-se em defesa de sua assistência e educação. A partir da constituição das redes objetivamos cartografar as iniciativas públicas e privadas que se constituíram no Rio de Janeiro no período de 1890 a 1940. Com este intento, interessa-nos tecer uma malha assistencial à infância por meio das ações promovidas pelos intelectuais dos campos médico e do jurídico. Em sua missão civilizadora esses intelectuais elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social direcionados a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas

organizadas na cidade-capital que pretendemos reconstituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, nosso esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas pelos intelectuais e as instituições a partir das quais as crianças foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa-nos, ainda, tencionar as matrizes que orientaram os dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas, bem como as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1920. Quanto à periodização proposta (1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, é que no período delineado de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas à infância estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial em que prevaleceu, em grande parte, a ideia de que as iniciativas realizadas dependiam mais da vontade individual dos que se devotavam à causa da infância pobre e, em menor escala, do projeto republicano liberal hegemônico; A segunda, é que entre as décadas de 1920 a 1940, deu-se o processo de reorganização da assistência com predomínio das ações tutelares pelo Estado brasileiro, aspecto que marcou a crescente judicialização da infância e a formulação de políticas assistenciais e protetivas nas duas décadas seguintes.

AVALIAÇÃO ESCOLAR SEM COMPROMISSO COM A *ACCOUNTABILITY* OU COM FUNDAMENTOS *A PRIORI*

Coordenação: Talita Vidal Pereira

As avaliações em larga escala, associadas às políticas de responsabilização, têm ganhado centralidade no cenário educacional. Um fenômeno que se caracteriza pela afirmação de que essas políticas, articuladas a um currículo padronizado, teriam como objetivo garantir a qualidade da educação. Um discurso que tem favorecido formas de pensar a avaliação e conseqüentemente, o currículo, identificadas com a lógica do controle e da padronização que, por sua vez, legitimam práticas avaliativas classificatórias e excludentes que, via de regra, são naturalizadas nos processos de escolarização. Com a contribuição de aportes pós-estruturais, o estudo parte do pressuposto que esse contexto favorece a proliferação de sentidos híbridos de avaliação escolar que resultam de processos de negociação e tradução de sentidos articulados nos discursos de professores e professoras em atuação em meio a essas políticas que, em última instância, objetivam direcionar o trabalho docente. A noção de contexto é apropriada de Derrida de uma perspectiva de análise em que, operando na lógica da desconstrução, tem como objetivo contribuir para a reativação de sentidos de avaliação menos excludentes que podem estar sendo bloqueados com a intensificação de práticas avaliativas identificadas com a lógica do controle e da padronização, com o entendimento de que essas lógicas favorecem o silenciamento das diferenças culturais na escola. No estudo, as contribuições de Ernesto Laclau possibilitam pensar discursos como ações que conferem significados ao mundo.

HISTÓRIA E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO DE JANEIRO NARRADA POR QUEM DELA PARTICIPA.

Coordenação: Vera M.R. de Vasconcellos

Desde 2006 os pesquisadores do NEI:P&E/UERJ analisam as Políticas Públicas de Educação Infantil e as modalidades de formação de professores de Educação Infantil

desenvolvidas no Município do Rio de Janeiro. A nova etapa da pesquisa (2017- 2020) visa observar as propostas da nova gestão de Educação do Município do Rio de Janeiro, quanto ao compromisso com a educação da criança de 0 a 3 anos. Buscaremos entender que políticas para a primeira infância foram desenvolvidas desde a LDBEN/96 no município do Rio de Janeiro. Questões de investigação: (i) qual o investimento realizado nos últimos anos para promoção e aperfeiçoamento da formação dos profissionais da área?; (ii) o que mudou na organização e gestão das creches (0 a 3 anos) depois da promulgação da EC nº 59/2009 e a implantação da Lei 12796/2013? Os interlocutores principais: pesquisadores e gestores. Analisaremos os retrocessos das políticas locais e serão registradas as consequências das mudanças legais e políticas, nas propostas de ações pedagógicas para as múltiplas infâncias, encontradas em creches no município do Rio de Janeiro. Diretoras, Professoras Articuladores e suas narrativas são nossas copesquisadoras.

A VIDA (POLÍTICA) DO MESTRE NUMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: PAULO FREIRE

Coordenação: Walter Omar Kohan

Vemos nitidamente em Paulo Freire a presença da tradição do antigo herói filosófico, embutida das figuras de Cristo e Marx, o primeiro sob o campo da fé; o segundo, em nome da ciência da sociedade (FREIRE, 1997). Paulo Freire se propõe fazer de sua existência uma vida ética e heroica da qual a filosofia, a educação e a política fazem parte de uma maneira não simples de dissociar. Como intelectual comprometido com o cristianismo, Freire alimenta sua missão a partir dos valores de uma ética cristã, tais como esperança, fé, solidariedade, compaixão, humildade, tolerância, heroísmo e, ao mesmo tempo, com a teoria social do materialismo dialético (numa vertente “humanista e não doutrinária”, como aponta M. Greene, 1999, p.155) que, mais ou menos intensamente, Freire nunca abandonou. Para além da forma particular em que Paulo Freire viveu sua vida de herói filosófico, ele nos ajuda a pensar nas possibilidades de uma compreensão da filosofia em que ela não é tanto uma teoria ou sistema de pensamento quanto uma forma de afirmar a vida, em conexão muito próxima com a educação e a política, tanto que é muito difícil separar uma da outra. É neste sentido específico que Paulo Freire tem sido um filósofo: não tanto pela qualidade filosófica de suas teorias ou pensamento, mas pela forma em que fez da vida um problema filosófico e de sua filosofia uma questão vital, existencial. Assim como Sócrates dedicou sua vida a tentar acordar os atenienses do que considerava uma vida sem autoexame, Paulo Freire dedicou sua vida a tentar tirar os oprimidos de sua condição de tais. Não o fez apenas com uma obra teórica, mas com uma vida militante em favor dessa causa. Nisso consiste sua filosofia: em não separar a vida do seu pensamento ou em fazer da sua forma de vida uma maneira de expressar seu pensamento. Por isso nos parece inspirador para pensar uma política para a educação: não necessariamente por coincidir com o modo heroico e ético como exercitou essa vida, mas pela projeção que oferece para nosso tempo em que a escola e a filosofia parecem ambas estar, em certas formas dominantes, dissociadas de uma preocupação pelas vidas do lado de fora. Para dizê-lo com Paulo Freire, na escola (e na filosofia) existe uma dissociação crescente entre a leitura das palavras e a leitura do mundo (FREIRE; SHOR, 1986, p. 85): as palavras que se leem na escola são palavras que não dizem o mundo, que estão separadas do mundo vivido pelos que habitam a escola. A dupla consequência disso é que aprendemos a ler um mundo escolar que não é o que vivemos fora da escola e não aprendemos a ler esse mundo que vivemos fora da escola. Eis o desafio que este projeto se propõe a

problematizar: como pensar uma política interessante para quem educa em nome da filosofia, no tempo e espaço que habitamos?

ANEXO III
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como negro.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar negro.

Características físicas.

Especifique: _____;

Origem familiar/antepassados.

Especifique: _____;

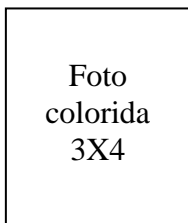
Outros.

Especifique: _____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como indígena. Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar indígena.

Etnia ou povo a que pertença.

Especifique: _____;

Origem familiar/antepassados.

Especifique: _____;

Outros.

Especifique: _____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PROPED
ANEXO 4 – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

DADOS PESSOAIS:

Nome:

Nome social se for usar: _____ Telefone:

Estado civil Solteiro Casado Divorçado Viúvo União Estável

Outros: _____

Data de Nascimento: _____ Natural
de: _____

Endereço: _____ Bairro:

Escolaridade: Superior completo Superior em curso E-mail: _____

Tipo de cota que deseja concorrer dentro da Lei 6914/2014, graduado:

1 - Rede Pública de Ensino Superior Rede Privada de Ensino Superior (beneficiário FIES, PROUNI ...)

2 - Negro Indígena

3 - Deficiência (Lei Federal nº 7853/1989 e Decretos Federais nº 3298/1999 e nº 5296/2004)

4 - Filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço

Situação Habitacional

Situação do Imóvel:

Imóvel Próprio Imóvel cedido Imóvel de posse ou ocupação

Imóvel Alugado Imóvel próprio em financiamento Residência no local de trabalho

Residência em hotel, pensão ou alojamento outra situação de moradia

Especificar:

Moradia:

Situada em área de risco: Sim Não

Saneamento Básico: Sim Não

Acesso a serviços (Transporte, comércio, hospitais etc.): Sim Não

Situação do IPTU Isento Recebe cobrança

Fornecimento de energia elétrica:

Possui fornecimento individual de energia elétrica

Não possui fornecimento individual de energia elétrica

Quadro de Composição Familiar e Renda:

	Nome	Grau de parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Tipo de Vínculo	Renda	Imposto de Renda
1	PRÓPRIO							Isento <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Isento
2								Isento <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Isento
3								Isento <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Isento
4								Isento <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Isento
5								Isento <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Isento

Total de Rendimentos Familiares: R\$ _____

Você paga pensão alimentícia a filhos ou ex-cônjuge ou recebe? Sim Não

Declaro que todas as informações prestadas e documentos apresentados são verdadeiros, bem como estar ciente que os mesmos poderão estar sujeitos à verificação e, comprovada a inveracidade de qualquer informação, perderei o direito a concorrer à modalidade de cotas.

Declaro ainda estar ciente de que se fazendo necessário poderei ser convocado para entrega de documentos complementares e/ou realização de visita domiciliar e/ou atendimento com a Assistente Social do DEPG.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO V

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS**

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu, _____,
(nome completo do candidato)

portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos fins e com
a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que todo o meu grupo
familiar está desempregado desde _____.

(período)

Acrescento ainda que temos mantido nossas necessidades financeiras da seguinte
maneira:

(explicar como tem mantido as necessidades financeiras e o valor desta manutenção)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1^a

testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2^a

testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

**Obs: Esta declaração é válida para os casos em que TODO o grupo familiar estiver
em situação de desemprego.**

**Obs.: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada
uma das testemunhas.**

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIROS

Eu, _____

_____,

(nome completo do candidato)

candidato(a) ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, declaro para os devidos fins e com a anuência de duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o documento _____

(especificar o documento), encontra-se em nome de _____ (nome do titular do documento)

_____, do candidato/a em questão (grau de parentesco com o candidato/a) por _____

(preencher o motivo pelo qual o referido documento se encontra em nome de terceiros)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,
(nome completo do declarante)

_____, _____
(estado civil do declarante) (grau de parentesco com o candidato)
_____do
(nome completo do candidato)

candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF ° _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que cedi o imóvel situado na:

(endereço completo)

para _____.
(nome completo da pessoa beneficiada)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE POSSE E OCUPAÇÃO

Eu, _____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante) (grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF ° _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o _____ imóvel _____ situado na _____

(endereço completo)

trata-se de posse ou ocupação.

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM LOCAL DE TRABALHO

Eu, _____,

(nome completo do empregador ou seu representante)

portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição

_____ e do CPF _____, declaro para os devidos fins e com

a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas,

que _____,

(nome completo do empregado)

reside em seu local de trabalho, situado na

(endereço completo)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,

(nome completo do provedor/a)

_____, _____

(estado civil)

(grau de parentesco com o candidato/a) do/a

candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa

de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de

_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____,

órgão de expedição _____ e do CPF ° _____, por não possuir

outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que pago pensão alimentícia, no valor de R\$

_____,

(_____)

(escrever valor por extenso) à

_____.

(nome de quem recebe a pensão)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RENDA

(Se o preenchimento for feito pelo trabalhador)

Eu, _____,
(nome completo do/a declarante)

_____, _____
(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)
do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de

_____, _____,
(nome completo do candidato)
portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____ e do CPF ° _____, por não possuir outra forma de
comprovação de renda, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas
testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que exerço a função de
_____, com renda mensal bruta de R\$
_____.

(_____)
(escrever o valor por extenso)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Este modelo de Declaração pode ser utilizado para os casos de trabalhadores que exerçam atividade “informal”, “autônoma”, “liberal”, “domésticos” e “microempreendedor individual”.

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.